

OAB repele tentativa de imposição da Carta

Rio — Com a aprovação de um documento a ser encaminhado ao presidente José Sarney, consolidando a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, ficou patente que a OAB quer quebrar a tradição constitucional brasileira, pela qual o Executivo vem sempre impondo textos constitucionais à Nação. A interpretação é do presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, que defende uma participação de toda a sociedade no processo constitucional e na própria Assembleia Nacional Constituinte.

Baeta denuncia a instituição de uma comissão para preparar um anteprojeto de Constituição como instrumento para impor um texto “já pronto e acabado” à Constituinte, desvinculando-a das “reais aspirações do povo”. Segundo afirmou a Constituinte tem que “realmen-

te” expressar o sentimento do povo e, dentro disso, considera “saúdável” a participação de representantes de entidades de classe, “mesmo que apresentem candidatos desvinculados de partidos políticos”.

Um outro ponto defendido pela OAB é que “não se transforme o atual Congresso nem o futuro — a ser eleito em 1986 — em Constituinte”. A posição dos advogados é em favor da convocação imediata da Constituinte como “poder originário”. Isto significa que a convocação será válida apenas para a tarefa de dotar o País de um novo reordenamento jurídico, já que a Constituição é o ponto de partida de toda a legislação ordinária.

Dentro desse aspecto, a OAB aconselha que todos os problemas ora enfrentados pelo País passem pela Constituinte, inclusive “e principalmente”, os que

mais afligem o povo. “O preço do pão, as prestações do BNH, o reajuste dos salários, as negociações da dívida externa, o desbarratamento da Previdência Social são assuntos da Constituinte”, diz Baeta. Embora admita que matérias de natureza específica sejam normatizadas pela legislação ordinária, o presidente do conselho federal da OAB defende uma “melhor definição constitucional” para que não aconteça o que vem ocorrendo com essas matris, que, ficando para ser decididas posteriormente, acabam sendo “desvirtuadas em seu espírito constitucional” pelo legislador ordinário. “Ou, o que é pior — alerta Hermann Baeta —, pelas autoridades que terão de submeter-se às leis ordinárias que, no Brasil, gozam o curioso privilégio de simplesmente não serem cumpridas”.

Goldman quer ampliação da representação

O deputado Alberto Goldman, secretário-geral do PMDB em São Paulo, pediu ontem ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, falando em nome de todos os partidos representados na bancada paulista, que na emenda de convocação da Constituinte, seja corrigida a representação de seu Estado na Câmara. Segundo ele, para ser proporcional à população a representação deveria ser de 102 deputados.

Goldman lembrou que o “pacote de abril” limitou a representação de cada Estado em 55 deputados, aumentando-a depois para 60. Segundo ele, isso foi feito com o intuito de esvaziar a representação do Estado onde a oposição se mostrava mais atuante, e que foi o único prejudicado com a medida.